

Para Condsef, Guedes ampliou leque de inverdades sobre PEC 32 em Comissão Especial

A participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, em audiência pública nessa quarta-feira, 7, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que debate a PEC 32, da reforma Administrativa, frustrou aqueles que esperavam apresentação de dados e esclarecimentos sobre a proposta. Na prática, a reforma Administrativa representa o rompimento completo com o modelo de bem estar social do Estado brasileiro, garantido pela Constituição de 88. Na avaliação do secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, Guedes não trouxe nada de novo e ainda ampliou o leque de inverdades sobre o que de fato trata a reforma Administrativa. "As mentiras estão se aperfeiçoando e é preciso combater essa proposta. Estamos no caminho certo que é o da pressão para derrotar essa reforma Administrativa", pontuou.

O ministro seguiu se sustentando no discurso de que a intenção do governo com a reforma é melhorar a eficiência dos serviços públicos. Falou novamente em digitalização, que sequer faz parte do texto da PEC 32 e já possui projeto de lei sobre o tema. Voltou a afirmar que atuais servidores não seriam atingidos, o que contradiz o conteúdo da proposta. Dessa vez questionou repetidas vezes a estabilidade alegando que o servidor não pode ganhar o direito no primeiro dia em que passa no concurso. Só não esclareceu que para isso já existe o estágio probatório onde o servidor passa três anos por avaliações permanentes de seus superiores em que se define se há aptidão e capacidades para o desempenho das funções para as quais passou no concurso.

"Matar formiga com míssil"

Para o deputado federal professor Israel (PV-DF), da Frente Servir Brasil, a impressão que dá ao ouvir o ministro é que ele não leu o texto da PEC 32/20. Já para o deputado Rogério Correia (PT-MG), da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público,



Guedes não explica nada da reforma, ele apenas dá sua opinião sobre servidores e serviços públicos. "Não podemos trabalhar com opinião de quem está só de passagem na administração pública e com base nisso alterar critérios estabelecidos em nossa Constituição", apontou Correia.

O deputado Leo de Brito (PT-AC) resumiu a reforma Administrativa como alguém que está tentando matar uma formiga com um míssil. Para ele é um absurdo que se defenda essa proposta com base em exposições errôneas.

Sigilo e incertezas

O Ministério da Economia segue mantendo sob sigilo informações da estimativa de impacto orçamentário que a proposta representaria. Muitos parlamentares cobraram ontem do ministro Paulo Guedes os dados que não foram disponibilizados, apesar de sua equipe dizer que enviaria formalmente a todos os que solicitaram a informação. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) questionou a disponibilidade já que havia feito a mesma solicitação há cerca de um mês regimentalmente e ainda não havia sido atendido.

O deputado Gervásio Maia (PSB-PB) reclamou que o governo sinalizava com a apresentação desses dados apenas no dia em que o prazo para as apresentações de emenda seria encerrado na Comissão Especial. O deputado solicitou que o prazo fosse estendido já que essas informações poderiam ser cruciais para modificar o conteúdo de emendas apresentadas ou acarretar na apresentação de novas.

Paulo Guedes alegou por algumas vezes que Estado brasileiro iria alcançar economia de R\$300 bilhões em dez anos com a reforma Administrativa e recentemente alterou esse dado para R\$450 bi.

Sem certeza da origem dos números os parlamentares dizem que tem motivos para colocar as informações em dúvida. Outros pontos fracos apontados na PEC são a proteção a categorias e o risco de corrupção. Alguns deputados lembraram que em 2019 o ministro dizia que o gás de cozinha seria vendido pela metade do preço, o que daria R\$35, hoje o produto essencial para o dia a dia dos brasileiros já custa até R\$105.

É possível virar o jogo

Apesar do esforço de parlamentares de oposição na apresentação de uma série de emendas e substitutivos, que fazem parte do processo de tramitação da proposta, na avaliação da Condsef/Fenadsef a reforma é ruim em sua totalidade e precisa ser derrotada. Para a entidade é possível virar o jogo e conseguir o entendimento da maioria dos parlamentares para que deem voto contra essa reforma Administrativa. "Vamos seguir o trabalho fundamental de pressão aos parlamentares em suas bases para que possam enterrar de vez essa ameaça de Bolsonaro-Guedes aos direitos do povo brasileiro".

Condsef/Fenadsef

Assista a participação de Paulo Guedes na Comissão Especial que debate a PEC 32

Correios: Relator defende privatização e estabilidade de 18 meses a servidores

Relator da comissão especial que discute a **privatização dos Correios**, o deputado federal Gil Cutrim (Republicanos-MA) deu parecer favorável à privatização da empresa em um processo que prevê estabilidade de 18 meses aos servidores, contados a partir da data da desestatização.

O documento, obtido com exclusividade pela **CNN Brasil**, aponta que, para o relator, é juridicamente viável delegar o serviço postal para a iniciativa privada por meio de um contrato de concessão. O texto foi concluído nesta quinta-feira (8) e enviado a parlamentares da comissão especial destinada a discutir o tema. Em seu relatório, Cutrim sustenta que, "em várias partes do mundo, há uma tendência de que as comunicações sejam privatizadas".

O relator reconhece que o serviço postal é um serviço público, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), e enfatiza que a carta maior confere à União, em caráter exclusivo, a exploração do serviço postal e do correio aéreo.

Apesar disso, observa que o serviço público pode ser desempenhado indiretamente pela iniciativa privada, citando o artigo 175 da Carta Magna. "Cabe ressaltar, nesta última hipótese, que a titularidade do serviço público permanece com o Estado, sendo transferida apenas sua execução ao particular concessionário ou permissionário".

Apesar de apontar a falta de investimentos na estatal e excesso de reclamações de consumidores sobre o serviço, o relatório defende que a privatização da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) não vai promover a dispensa em massa dos funcionários. O texto reporta ser necessário

estipular um período de estabilidade pós-desestatização, em que o servidor teria sua estabilidade garantida por 18 meses.

"Consideramos necessário assegurar estabilidade a todos os empregados da ECT durante os dezoito meses subsequentes à desestatização, vedando sua dispensa sem justa causa nesse período, bem como disponibilizar-lhes plano de demissão voluntária com os seguintes parâmetros: a) período de adesão de 180 dias contados da desestatização; b) indenização correspondente a doze meses de remuneração; c) manutenção do plano de saúde pelo período de doze meses contados da adesão; e d) programa de requalificação".

Em outra mudança em relação ao texto original enviado pelo Poder Executivo, o relatório também elimina a chance de transformar os Correios em uma empresa de economia mista. O parecer do relator afirma que o setor postal passa por transformações significativas não só no Brasil, mas em todo o mundo. "O principal fator de mudança é a digitalização das comunicações e as transações comerciais online, cada vez mais aceleradas, gerando competição com o negócio mais tradicional dos Correios, que são as cartas, cartão postal e telegrama".

A categoria de trabalhadores dos Correios refuta essa ideia, mas o relator defende que o crescente acesso à internet e a consequente adesão em peso do público às redes sociais provocaram uma queda acelerada no volu-

me postal – de acordo com estudo produzido por consultoria contratada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), essa redução é de aproximadamente 1 bilhão de objetos por ano no Brasil.

Uma das principais preocupações da categoria é o risco de acabar com a universalidade dos Correios, em que pessoas de diferentes origens recebem correspondências em todo país, independentemente da região. O relator nega que exista a possibilidade de esse sistema ruir.

Os Correios existem desde março de 1969 e empregam quase 100 mil pessoas, além de operarem com uma infraestrutura com caminhões, aviões e motocicletas para a entrega de correspondências.

Fonte: CNN

SINDSEP/MA SOLIDÁRIO *Juntos Somos Mais Fortes*

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE ALIMENTOS PARA AMENIZAR A FOME DURANTE A PANDEMIA.

"A luta social cala, aos poucos, a desigualdade gritante".

UNIDOS NA LUTA CONTRA A FOME

SINDSEP MARANHÃO